

Narrativas sobre Racismo Ambiental: uma análise dos meios jornalísticos digitais no Brasil

*Narratives on Environmental Racism: An Analysis of Digital News
Media in Brazil*

*Narrativas sobre Racismo Ambiental: un análisis de los medios
periodísticos digitales en Brasil*

—

Julia LOPES DE OLIVEIRA FAILLACE

Universidade Federal de Itajubá
Brasil
orcid.org/0009-0002-5035-8150
d2021022237@unifei.edu.br

Paulo NUNES

Universidade Federal de Itajubá
Brasil
orcid.org/0000-0003-2592-3197
paulonunes@unifei.edu.br

Janáina Roberta DOS SANTOS

Universidade Federal de Itajubá
Brasil
orcid.org/0000-0003-4358-8759
janainasantos@unifei.edu.br

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 161, abril - julio 2026 (Sección Diálogo de Saberes, pp. 313-328)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 12-01-2026 / Aprobado: 03-17-2026

Resumo

De natureza qualitativa, o estudo investigou as narrativas sobre o termo racismo ambiental em portais de jornalismo digital no Brasil, no primeiro semestre de 2024. As 36 notícias levantadas foram categorizadas em três eixos principais: I) Eventos como notícia e evidência do racismo ambiental; II) Ativismo e movimentos sociais ligados ao racismo ambiental; e III) Debate e controvérsias sobre o termo racismo ambiental. A análise principal recaiu sobre oito matérias ligadas ao terceiro eixo, revelando variações editoriais significativas. Enquanto veículos tradicionais adotaram uma abordagem factual, outros ofereceram uma visão mais crítica, destacando o papel da mídia na construção de sentidos, na polarização dos debates contemporâneos e na necessidade de uma prática jornalística comprometida com a justiça social e ambiental.

Palavras-chave: Meio ambiente; Justiça ambiental; Racismo estrutural; Jornalismo; Mídias digitais; Internet

Abstract

This qualitative study investigated narratives concerning the term “environmental racism” on digital journalism portals in Brazil during the first half of 2024. The 36 news articles identified were categorized into three main axes: I) Events as news and evidence of environmental racism; II) Activism and social movements linked to environmental racism; and III) Debate and controversies over the term environmental racism. The primary analysis focused on eight articles related to the third axis, revealing significant editorial variations. While traditional outlets adopted a factual approach, others offered a more critical view, highlighting the role of the media in the construction of meaning, the polarization of contemporary debates, and the need for journalistic practice committed to social and environmental justice.

Keywords: Environment; Environmental justice; Structural racism; Journalism; Digital media; Internet.

Resumen

De carácter cualitativo, este estudio investigó las narrativas en torno al término “racismo ambiental” en portales de periodismo digital en Brasil durante el primer semestre de 2024. Las 36 noticias recopiladas fueron categorizadas en tres ejes principales: I) Eventos como noticia y evidencia del racismo ambiental; II) Activismo y movimientos sociales vinculados al racismo ambiental; y III) Debate y controversias en torno al término racismo ambiental. El análisis principal se centró en ocho noticias relacionadas con el tercer eje, revelando variaciones editoriales significativas. Mientras que los medios tradicionales adoptaron un enfoque factual, otros ofrecieron una mirada más crítica, subrayando el papel de los medios en la construcción de significados, en la polarización de los debates contemporáneos y en la necesidad de una práctica periodística comprometida con la justicia social y ambiental.

Palabras clave: Medio ambiente; Justicia ambiental; Racismo estructural; Periodismo; Medios digitales; Internet.

1. Introdução

As questões socioambientais são dinâmicas e caracterizam-se pelas incertezas e pelos riscos associados ao desenvolvimento técnico-industrial, exigindo, assim, abordagens que promovam a criticidade e a reflexão diante dos desafios locais e globais. Tal temática alia-se a problemas que envolvem interações complexas entre sociedade, ambiente e redes de comunicação, incluindo as consequências das ações humanas sobre o meio natural e os impactos sociais decorrentes dessa interação, que não podem ser compreendidos sem sua relação com os sistemas econômicos e culturais (Watanabe & Rodríguez-Marín, 2018).

Deriva daí a ideia de racismo ambiental, que começou a ganhar maior embasamento teórico por meio dos trabalhos de Robert Bullard (Filgueira, 2021). Bullard (2005) destacou que o termo reforça a estratificação de pessoas (por raça, etnia, *status* social e poder), de lugares (cidades principais, bairros periféricos, áreas rurais, áreas não incorporadas ou reservas indígenas) e de trabalho (com maior proteção para trabalhadores de escritório em relação aos trabalhadores agrícolas).

No Brasil, estudos começaram a explorar o conceito, reconhecendo-o como uma ramificação do racismo estrutural, a partir dos anos 2000. Autores como Herculano e Pacheco (2006), Herculano (2008) e Pereira e Brouwers (2011) foram fundamentais para consolidar o uso da terminologia no país, conectando-o às especificidades de suas desigualdades socioambientais. O termo racismo ambiental ganhou visibilidade após a Ministra da Igualdade Racial do Governo Lula, Anielle Franco, afirmar em uma publicação na Plataforma X (anteriormente Twitter) que os prejuízos causados pelas fortes chuvas que atingiram o Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 2024 representavam “efeitos do racismo ambiental e climático”. Tal declaração trouxe o racismo ambiental ao centro do debate comunicacional, chamando a atenção para a ausência de políticas públicas sobre a questão e suscitando acirradas discussões nos veículos de mídia brasileiros a partir de então.

As mídias sociais, amplamente reconhecidas por seu fluxo livre de informação, possibilitam a circulação de conteúdos variados e interações a longa distância, o que favorece o alcance de públicos diversos e o exercício do potencial democrático dessas plataformas. Conforme Recuero (2014), as redes sociais na internet permitem novas formas de comunicação e interação, com uma circulação de conteúdo que ultrapassa fronteiras físicas e temporais, ampliando a capacidade de articulação e mobilização social.

Entretanto, há desafios e problemas associados ao uso dessas mídias. Inicialmente vistas como plataformas de comunicação livre, tais veículos têm

sido cada vez mais marcados pela polarização e pelo extremismo. O fluxo de comunicação sofre interferências de “ruídos”, como a disseminação de notícias falsas (*fake news*), estimulada por modelos de negócios que priorizam cliques e visualizações em detrimento da qualidade e confiabilidade dos conteúdos. Como resultado, o que antes era visto como um mecanismo de renovação democrática passou a comprometer seu funcionamento adequado (De Carvalho, 2020).

Neste viés, Menezes e Rodembusch (2019) refletem que “o crescimento da utilização das redes sociais e o constante processo de convergência dos meios de comunicação tradicionais para o ambiente online vem alterando não somente a forma como as pessoas se comunicam, mas também a maneira como se informam”. Daí advém seu papel ambivalente na sociedade: por um lado, elas têm o potencial de informar, esclarecer e conscientizar a população sobre questões relevantes; por outro, podem servir como ferramenta de desinformação, propagando conteúdos tendenciosos, imprecisos ou até falsos.

Dessa forma, compreendemos que o jornalismo digital promove um fluxo de informação mais aberto, destacando a utopia do livre acesso à informação, impulsionada por plataformas que moldam novos modelos de negócios jornalísticos (Maurício & Almeida, 2019). Tudo isso é ainda amplamente acessado em decorrência do acesso à internet, que vem crescendo cada vez mais. Tal afirmação vai ao encontro dos dados do módulo Tecnologia da Informação e Comunicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua TIC), divulgados em 2022 pelo IBGE, os quais apontam um crescimento contínuo da rede, revelando a utilização da internet por cerca de 164,5 milhões de brasileiros com 10 ou mais anos (IBGE, 2025). Resultam desses e de demais dados correspondentes os esforços encampados por diferentes pesquisas críticas sobre tecnologia e meios jornalísticos digitais, incluindo-se aqui outros territórios latino-americanos (Marroquín et al., 2024).

Como diferentes veículos jornalísticos digitais no Brasil abordam e representam o racismo ambiental em suas coberturas sobre desastres socioambientais? A partir desta pergunta inicial, do ponto de vista metodológico, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, buscou-se identificar a presença do termo racismo ambiental em notícias publicadas em oito portais reconhecidos como referências no jornalismo brasileiro: G1, O Globo, Folha de S.Paulo, UOL, Terra, Estadão, Brasil de Fato e Gazeta do Povo. A partir de uma investigação inicial sobre os conteúdos postados, foram examinados os contextos de abordagem nas notícias selecionadas para a análise. Em seguida, exemplos específicos foram agrupados em unidades de contexto para discutir de que modo as tendências sobre racismo ambiental estão intrinsecamente ligadas a padrões ideológicos e tendências moldadas por visões editoriais políticas distintas.

2. Enquadramento teórico

A crise ambiental e a iminência do colapso socioambiental global representam desafios urgentes que têm demandado uma reflexão profunda sobre as interações entre a sociedade e a natureza, impulsionada por uma série de fatores interconectados que comprometem a qualidade de vida das populações, especialmente as mais vulneráveis (Bueno, 2021). Foladori (2001) manifesta que “[...] é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica da sociedade capitalista”. Ao objetivar a natureza, o ser humano provocou transformações radicais em seu ambiente, sendo a mais significativa aquela que afetou a própria espécie por meio das relações sociais de produção capitalista estabelecidas — como dependência, hierarquia e exploração —, visando o uso, a apropriação e a transformação do meio ambiente em uma linha de desenvolvimento pautada na dominância da natureza e do próprio homem.

As consequências dessa crise não se limitam somente ao âmbito ecológico; elas se manifestam também em questões sociais, evidenciando a interdependência entre os problemas ambientais e as desigualdades sociais, apresentadas enquanto injustiças ambientais. As comunidades que enfrentam tais impactos são frequentemente aquelas que possuem menos recursos para se adaptar e responder aos impactos antrópicos no meio natural, o que agrava ainda mais a situação. Segundo Silva (2012), “em sociedades desiguais, são os grupos racialmente discriminados e as populações de baixa renda – enfim, grupos vulneráveis e marginalizados – a arcar com a carga mais pesada dos danos ambientais gerados pelo desenvolvimento”. Essa dinâmica evidencia como desigualdades sociais e econômicas se entrelaçam às questões ambientais, ampliando as vulnerabilidades desses grupos e reforçando estruturas de injustiça.

Emerge daí a reflexão que daria origem, posteriormente, ao conceito de racismo ambiental, cuja discussão começou a tomar maior forma principalmente a partir de 1982, com o caso emblemático dos protestos das comunidades negras do Condado de Warren, nos Estados Unidos, após um estudo mostrar que a maioria dos aterros de resíduos perigosos na região estava localizada em áreas habitadas por essas comunidades (Bullard, 2001). Os manifestos tiveram como consequência um alto custo de limpeza ambiental e estimularam a condução do estudo intitulado “Resíduos Tóxicos e Raça”, pela Igreja Unida de Cristo, publicado em 1987. O resultado revelou que 60% dos negros nos EUA viviam em comunidades com, ao menos, um local de resíduos tóxicos, e que 40% da capacidade de aterros do país estavam em áreas predominantemente negras (Henderson & Wells, 2021). Essa investigação foi crucial para evidenciar as disparidades ambientais baseadas em raça e catalisar ações no movimento de justiça ambiental ao redor do mundo.

No Brasil, Silva (2012) discute que o racismo ambiental, termo anteriormente cunhado pelo reverendo Benjamin Chavis em 1982, reflete-se nas condições de

vida das populações racializadas, que muitas vezes residem em áreas suscetíveis a desastres ambientais, como encostas e margens de rios. Mais do que uma questão de poluição ou impacto ambiental, o conceito envolve um sistema de desigualdades estruturais que perpetua a vulnerabilidade dessas populações, evidenciando as interseções entre desigualdade racial, social e ambiental.

A crescente presença das mídias digitais como instrumentos de denúncia e mobilização tem destacado sua importância na visibilidade de questões sociais, a exemplo do racismo ambiental. As plataformas oferecem um espaço dinâmico para a exposição de desigualdades, ampliando o alcance das denúncias e fortalecendo a luta por justiça ambiental e racial no Brasil, como exemplificado pela fala da ministra Anielle Franco. Nessa dinâmica, o jornalismo digital manifesta-se como uma das principais forças disseminadoras de informação na contemporaneidade, interligando-se diretamente às redes sociais enquanto espaços de interação e mobilização social. Ele beneficia-se da fluidez do ciberespaço, ampliando sua capacidade de alcançar públicos diversificados e potencializando a velocidade e o alcance das narrativas compartilhadas (Menezes & Rodembusch, 2019).

Em conexão com as redes sociais, a dimensão interativa do jornalismo digital causa um impacto que vai além da simples disseminação de informações; ela se consolida como um espaço de construção de sentidos e narrativas, muitas vezes determinando os temas que ocupam o centro dos debates públicos. Nessa dinâmica, a criação de laços sociais e a interação com o público são garantidas por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários, gerando engajamento e gerenciamento de dados dos usuários, permitindo que o jornalismo digital adapte suas abordagens para atender às demandas contemporâneas.

Por conseguinte, De Carvalho (2020) aponta que esses ambientes digitais também têm intensificado a polarização política e o extremismo, potencializados pela disseminação de notícias falsas. Esses fatores podem prejudicar a compreensão de temas complexos, como o racismo ambiental, pois as informações que circulam nesses espaços nem sempre possuem a qualidade ou a confiabilidade necessárias para fomentar debates produtivos e informativos. Essa lógica digital ressalta a necessidade de um olhar crítico sobre como as tendências presentes no meio jornalístico são moldadas, reproduzidas ou deturpadas nas redes sociais, impactando diretamente a forma como o tema é percebido e debatido na esfera pública.

3. Metodologia

De natureza qualitativa, o presente artigo buscou compreender como o problema se manifesta nas interações sociais por meio da análise dos meios jornalísticos digitais em relação ao racismo ambiental. Conforme mencionado na introdução do artigo, a coleta de dados de pesquisa ocorreu em oito veículos

comunicacionais importantes do país: G1, O Globo, Folha de S.Paulo, UOL, Terra, Estadão, Brasil de Fato e Gazeta do Povo.

O primeiro semestre de 2024 foi utilizado como intervalo temporal de análise pela relevância de eventos específicos que marcaram o tema neste período, especialmente o uso da expressão “racismo ambiental” pela Ministra Anielle Franco, em janeiro, e as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, no final de abril daquele ano. Este último fato ganhou visibilidade na mídia latino-americana a partir de maio, trazendo à tona discussões sobre racismo ambiental, desigualdades e riscos climáticos.

Utilizou-se como ferramenta de busca, nos portais de notícias analisados, a palavra-chave “racismo ambiental” no título da matéria ou no texto da matéria completa. Foram consideradas notícias escritas em português, excluindo colunas, seções de opiniões e *blogs* — daí a ênfase colocada mais no que chamamos de jornalismo digital do que, propriamente, em redes sociais.

Após a constituição do *corpus* de pesquisa, procedeu-se à sua interpretação, dividida em três etapas: i) organização inicial dos dados, escolha das notícias dos oito jornais digitais previamente selecionados que continham o termo “racismo ambiental” no título ou em matérias completas; ii) criação das unidades de contexto a partir da leitura, checagem de fontes responsáveis pela publicação e codificação inicial das postagens para identificação do tema, padrões discursivos e categorias emergentes; e iii) tratamento e interpretação dos resultados face aos objetivos da pesquisa. Nesta última etapa, foi feita uma análise comparativa das publicações por portal de notícias, com o objetivo de compreender como elas se articulam com cada política editorial dos veículos eleitos para o estudo.

4. Resultados e discussões

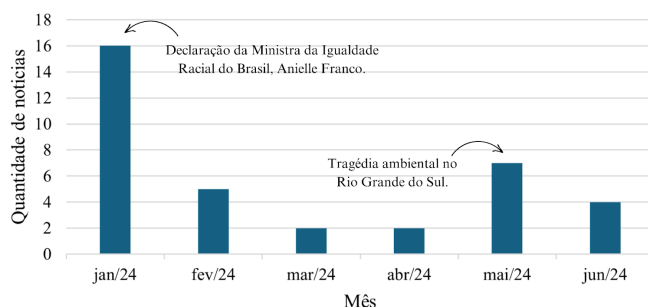
Para a sistematização inicial dos dados, após a leitura e análise das matérias com base no referencial teórico sobre racismo ambiental, foram encontradas 36 notícias nos oito portais previamente definidos que abordaram direta ou indiretamente o tema. A partir dessa primeira análise, chegou-se à criação da seguinte estrutura analítica (Quadro 1):

Quadro 1 – Categorização das notícias analisadas

Categorias temáticas	Quantidade
Eventos como evidência do racismo ambiental	18
Ativismo e movimentos sociais do racismo ambiental	10
Debates e controvérsias sobre o racismo ambiental	8

Fonte: Autores (2025).

As três categorias temáticas elencadas no Quadro 1 foram amplamente veiculadas pelo jornalismo digital brasileiro entre janeiro e junho de 2024, especialmente em razão dos dois eventos enunciados a seguir.

Gráfico 1 – Notícias sobre racismo ambiental no primeiro semestre de 2024

[Referência à imagem 2645 demonstrando picos em jan/24 e mai/24] Fonte: Autores (2025).

A análise do Gráfico 1 permite entender que o período delimitado para a coleta de notícias corrobora o pressuposto inicial de que, no primeiro mês de 2024, após a declaração da Ministra Anielle Franco, o tema do racismo ambiental passou a ser amplamente debatido pelos principais veículos de mídia do país, com janeiro registrando o maior volume de notícias sobre o assunto. O mesmo padrão foi observado em maio, mês em que a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul recebeu significativa atenção da mídia, justificando o intervalo de tempo escolhido para esta pesquisa.

4.1 Abordagem do tema racismo ambiental pela mídia jornalística

A partir das 36 notícias encontradas, realizou-se um recorte dentre as três categorias emergentes, destacando as notícias que concatenam de modo especial a discussão do tema racismo ambiental pela mídia contemporânea. Em seguida, recortou-se a discussão temática para oito das 36 notícias, de modo a colocar ênfase naquelas pertencentes à categoria “Debates e controvérsias sobre o racismo ambiental”. De forma a sistematizar a análise das notícias do *corpus* documental, tais matérias foram organizadas conforme o Quadro 2, a partir do portal de imprensa, título e data de publicação.

Quadro 2 – Notícias da categoria debate e controvérsias do racismo ambiental

Código	Portal	Título da notícia	Data
N1	Estadão	Racismo ambiental: o que é e de onde surgiu a expressão?	15/0¼4
N2	Gazeta do Povo	Ministra de Lula associa chuvas no Rio a "racismo ambiental e climático"	15/0¼4
N3	Gazeta do Povo	Silvio Almeida sai em defesa de Anielle Franco e reforça tese do "racismo ambiental"	16/0¼4
N4	Estadão	Direita critica "racismo ambiental" citado por Anielle Franco, e ministros saem em defesa do termo	16/0¼4
N5	Gazeta do Povo	Governo sai em defesa de Anielle Franco e divulga nota reforçando tese do "racismo ambiental"	17/0¼4
N6	O Globo	Após críticas a fala de Anielle, governo publica texto explicando o que é 'racismo ambiental'	17/0¼4
N7	Gazeta do Povo	Importado dos EUA, "racismo ambiental" vira obsessão da esquerda brasileira	19/0¼4
N8	UOL	Flávio Bolsonaro ataca Anielle Franco com palavrão e é reprimido no Senado	09/05/24

Fonte: Autores (2024).

A interpretação dos resultados permitiu perceber que a terminologia "racismo ambiental" é uma evidência essencial para as injustiças ambientais que afetam desproporcionalmente populações racializadas e de baixa renda no Brasil. Bullard (1994) enfatiza que o termo denuncia políticas e práticas que historicamente alocam essas comunidades em áreas de risco ambiental, como regiões com contaminação industrial e ausência de infraestrutura básica. Segundo o autor, a expressão "racismo ambiental" é necessária para nomear e reconhecer os efeitos discriminatórios das políticas ambientais que, paulatinamente, alocaram comunidades negras, indígenas e outras minorias em áreas com maior exposição a riscos, como contaminação por resíduos industriais, falta de saneamento básico e riscos climáticos (Bullard, 1994). Assim, a terminologia não é apenas uma escolha semântica, mas um componente central na formação de consciência crítica e na promoção de políticas públicas de reparação social e equidade racial.

Na análise das oito notícias eleitas como dados principais deste estudo, destaca-se o papel da imprensa na construção de sentidos sobre o termo, especialmente após o mês de janeiro de 2024, quando as chuvas no Rio de Janeiro foram associadas ao racismo ambiental. A repercussão gerou tanto esclarecimentos quanto ataques, revelando o potencial mobilizador e o grau de polarização política em torno do conceito por meio do jornalismo digital. Nesse sentido, destacamos a notícia N1, que explora a origem, o desenvolvimento histórico e outras interpretações do termo "racismo ambiental", contextualizando-o como uma forma de discriminação que afeta desproporcionalmente populações vulneráveis. A afirmação da Ministra Anielle Franco de que os impactos das chuvas no Rio de Janeiro sobre a população negra e pobre estavam interligados com o racismo ambiental gerou grande repercussão nas redes sociais, o que é reforçado pela matéria ao mencionar que

as buscas pelo termo no Google cresceram significativamente nos últimos anos, de uma média de 2 por dia em 2016 para cerca de 100 em 2024 (Castro, 2024a).

Além disso, a manchete presente na N1 esclarece uma interpretação equivocada, afirmando que “muitas pessoas entenderam que a ministra estaria chamando o meio ambiente de racista, mas esse não é o significado do termo, que tem sido reconhecido pela comunidade científica que debate as mudanças climáticas” (Castro, 2024a, *online*).

Como contraponto às interpretações equívocas, expõe-se o seguinte trecho da matéria: “O entendimento é de que, apesar de as mudanças climáticas afetarem todo o planeta e, conseqüentemente, todos os seres humanos, são aqueles que têm menor condição financeira, de moradia e infraestrutura, que sofrem os maiores efeitos” (Castro, 2024a, *online*).

Conclui-se, portanto, que a matéria ajuda a compreender o conceito de racismo ambiental e sua relevância na sociedade atual, indo ao encontro das narrativas produzidas pela comunidade científica no contexto brasileiro, considerando as particularidades socioeconômicas do país agravadas pela desigualdade racial e pelas injustiças ambientais. O uso preciso do termo ajuda a estabelecer uma compreensão compartilhada entre acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas, permitindo uma análise crítica e ação direcionada para mitigar as desigualdades raciais e sociais.

Em oito das notícias analisadas na pesquisa realizada, é possível notar que a ideia de racismo ambiental é frequentemente tratada como questão político-partidária. Um exemplo disso é a notícia N4, que traz críticas de parlamentares como Sóstenes Cavalcante (PL), que classificou o termo como “narrativa da esquerda”. Esse tipo de abordagem revela a polarização política que persiste em envolver o tema não apenas no país, mas em outras inúmeras regiões do globo, transformando-o em disputa ideológica, além de técnica ou acadêmica. Conforme Fuks e Marques (2022) apontam, a polarização política no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente influenciado por contextos sociais e históricos.

No caso do racismo ambiental, esse efeito pode ser analisado sob duas perspectivas principais, conforme ponderaram Fuks e Marques (2022): tanto de forma afetiva — ou seja, com sentimentos negativos ao grupo adversário e positivos ao próprio — quanto de forma ideológica, por meio do distanciamento entre posições políticas. No caso do racismo ambiental, prevalece a polarização afetiva, evidenciada em reações às falas da Ministra Anielle Franco.

A imprensa exerce papel central nessa dinâmica, tanto ao mediar o debate quanto ao alimentar a polarização. Manchetes como as das notícias N4 e N7 reforçam a ideia do racismo ambiental como “narrativa de esquerda”, impulsionadas por líderes políticos e veículos de mídia. Conforme anunciado por Miguel (2019), desde as manifestações de 2013, a cobertura midiática brasileira tem favorecido narrativas que ampliam conflitos, dificultando diálogos e aprofundamentos.

Além disso, a circulação de *fake news* auxilia no agravamento de nosso cenário social. Nesse sentido, Miguel (2019) complementa:

Um dos elementos que compõem o cenário da crise da democracia – como causa, como consequência ou como efeito colateral – é a mudança no ambiente informacional, com a presença cada vez mais importante de notícias falsas, disseminadas por sistemas alternativos de comunicação, que fortalecem o sentimento de pertencimento a grupos políticos rivais e solapam a possibilidade de um diálogo abrangente.

Assim, as *fake news* desinformam ou deturpam conceitos fundamentais, como o próprio racismo ambiental. Essas informações frequentemente circulam nas redes sociais e em veículos de comunicação com agendas específicas, dificultando a compreensão crítica do público sobre o tema. Um exemplo é a afirmação da notícia N7: “[...] não existem indícios de que esses bairros sejam deliberadamente prejudicados por terem a população negra” (Castro, 2024b).

O discurso supracitado reflete uma narrativa desinformada que merece ser profundamente problematizada à luz do processo histórico racial no Brasil, especialmente no contexto do racismo estrutural e ambiental que ainda nos servem como *ethos* de nação. Tal discurso ignora o histórico de exclusão racial no Brasil, especialmente após a abolição da escravidão, que empurrou populações negras para regiões periféricas e vulneráveis. A segregação racial é estrutural, e suas consequências vão além de intenções explícitas — resultam de práticas institucionais e históricas que perpetuam desigualdades (Oliveira & Oliveira, 2015).

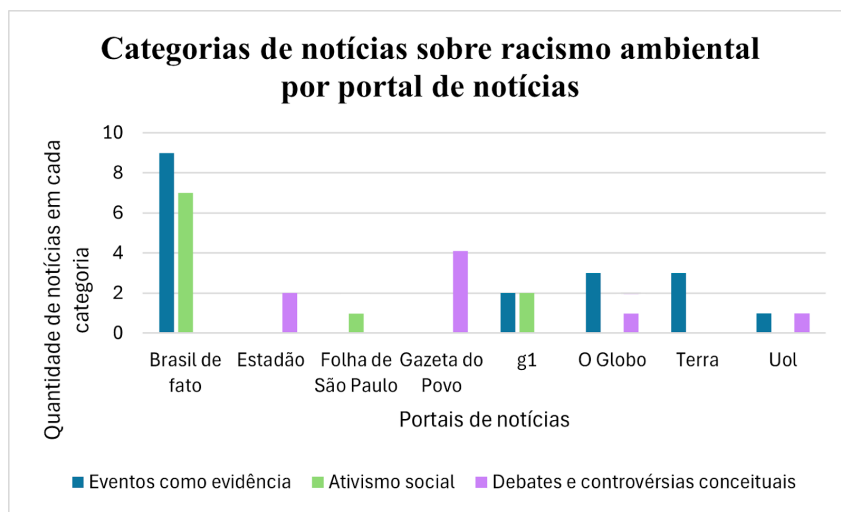
Nesse sentido, a declaração do portal Gazeta do Povo, referente à notícia N7, reforça uma visão limitada ao afirmar que “não existem indícios de que esses bairros sejam deliberadamente prejudicados por terem a população negra”. A segregação racial é um fenômeno estrutural e institucional, que posiciona populações racializadas em condições de subalternidade socioeconômica e espacial. Sendo assim, esse processo não se sustenta apenas por discriminações explícitas, mas pela reprodução histórica de sistemas econômicos, políticos e culturais que perpetuam a vulnerabilidade das populações negras e periféricas. Esse cenário é agravado por políticas públicas excludentes e pela falta de compromisso institucional com a promoção da equidade racial (Oliveira & Oliveira, 2015).

Por fim, na presente categoria observa-se que, enquanto alguns veículos buscaram contextualizar o termo em bases científicas, outros reforçaram narrativas simplistas ou negacionistas, intensificadas pelas *fake news*, frequentemente atreladas a discursos ideológicos. Essas e outras controvérsias ainda expõem o modo como esse termo se tornou um campo de disputa simbólica, onde estão em jogo visões de mundo, projetos de sociedade e compromissos com a justiça socioambiental. Reconhecê-lo como expressão do racismo estrutural é

passo fundamental para políticas públicas efetivas e uma compreensão crítica das desigualdades que marcam o território brasileiro.

4.2 Análise comparativa entre linhas editoriais

A análise do conteúdo relacionado ao racismo ambiental revelou diferenças notáveis na quantidade e abordagem das notícias publicadas pelos portais analisados, conforme ilustrado no Gráfico 2. Essas variações estão diretamente ligadas às linhas editoriais e prioridades discursivas de cada um dos veículos analisados.



Os dados afirmam os portais G1, O Globo, Estadão, Folha de S.Paulo, UOL e Terra como plataformas de jornalismo mais tradicionais no país. Isso porque esses veículos demonstraram maior foco em desastres naturais e tragédias climáticas, priorizando a articulação de suas pautas junto à categoria “Eventos como evidências do racismo ambiental”. O gráfico demonstra que cinco desses seis portais publicaram pelo menos uma notícia nessa categoria, contabilizando 9 das 18 notícias pertencentes à mesma categoria.

Nesse sentido, tais matérias tendem a adotar uma linguagem factual e descritiva, com menor aprofundamento crítico sobre as implicações estruturais do racismo ambiental. Essa abordagem neutra e descritiva reflete o objetivo das plataformas em informar sem assumir posicionamentos políticos explícitos, o que, em contrapartida, pode limitar a problematização do tema em contextos mais amplos.

O portal Brasil de Fato apresentou a abordagem mais crítica e engajada entre os analisados, como evidenciado por sua alta quantidade de publicações (16 notícias) distribuídas principalmente nas categorias “Eventos como evidências do racismo ambiental” e “Ativismo e movimentos sociais”. Das 16 notícias,

nove estão na primeira categoria, onde o portal destacou as interseções entre o racismo ambiental e fatores como classe, gênero e território, explorando uma perspectiva interseccional que amplia o debate sobre o tema. As sete notícias da segunda categoria enfatizaram iniciativas de resistência coletiva e reivindicações de direitos, promovendo a visibilidade de movimentos sociais e ações concretas no enfrentamento ao racismo ambiental.

Segundo Cassol (2010), no Brasil de Fato, a escolha das matérias publicadas segue a lógica de organizações políticas e movimentos sociais que realizam análises de conjuntura. Dessa forma, tornam-se pauta os temas alinhados à linha editorial do jornal, que busca estimular as lutas sociais, formar politicamente bases de militância entre seus leitores, e elevar o nível de consciência de classe entre suas audiências. Em síntese, o conteúdo reflete um compromisso com a mobilização e o combate às desigualdades. Em 2024, a partir do presente estudo, o portal Brasil de Fato demonstrou prosseguir com a mesma abordagem para escolha de materiais a serem publicados, onde esse tipo de análise esteve relacionado diretamente com os conteúdos do portal sobre racismo ambiental, tratando-o, ao mesmo tempo, como um tema social, político e estrutural.

Em contrapartida, o portal Gazeta do Povo apresentou-se como linha editorial que deslegitima o termo “racismo ambiental”. Com quatro publicações, todas pertencentes à categoria de debates e controvérsias conceituais, o portal frequentemente abordou o tema de forma a questionar sua relevância e reforçar narrativas polarizadas. Exemplos de títulos como “Importado dos EUA, ‘racismo ambiental’ vira obsessão da esquerda brasileira” ilustram como o portal pode minimizar o conceito, utilizando-o como ferramenta para reforçar um discurso político contrário à esquerda e aos movimentos sociais. Essa postura tende a descredibilizar o termo ao associá-lo, por conseguinte, à ideia de “obsessão ideológica”, negando as conexões entre desigualdades raciais e questões ambientais, e limitando a profundidade do debate público sobre o tema.

É neste viés que Tavares (2020) utiliza a expressão “guinada à direita” para referir-se à mudança editorial significativa da Gazeta do Povo, consolidada em 2017, quando o jornal adotou uma linha mais conservadora e alinhada a posições políticas de direita. Influenciada pelo contexto político brasileiro após o golpe presidencial de 2016, essa transformação levou a Gazeta a se reposicionar como concorrente de grandes jornais nacionais, mas priorizando opinião e interpretação conservadora dos fatos, em detrimento do jornalismo informativo e imparcial que anteriormente predominava. Essa nova abordagem, marcada pela maior fusão entre opinião e informação, consolidou o jornal como uma das principais vozes do conservadorismo brasileiro, mas gerou críticas sobre a qualidade e a imparcialidade de suas reportagens. Em conclusão, esse desvio à direita pode influenciar a confiança do público na mídia. Se os leitores perceberem que um veículo de comunicação não é imparcial, isso pode levar a uma crise de credibilidade, onde a população se torna cética em relação

às informações veiculadas, buscando fontes alternativas que podem não ser necessariamente mais confiáveis (Tavares, 2020).

5. CONCLUSÕES

Este artigo investigou como o racismo ambiental tem sido representado nos principais meios jornalísticos digitais brasileiros, com ênfase nas repercussões midiáticas de desastres ambientais ocorridos em 2024 nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A análise revelou que o termo ganhou centralidade no debate público, sendo abordado de formas diversas e conforme a linha editorial dos portais de notícia.

Observou-se que veículos tradicionais tendem a tratar o tema de maneira factual e neutra, com foco nos desastres ambientais em si, enquanto mídias alternativas, como o Brasil de Fato, adotam uma perspectiva crítica e interseccional, abordando as conexões entre raça, classe, território e meio ambiente. Por outro lado, portais com perfil mais conservador, como a Gazeta do Povo, frequentemente deslegitimam o conceito, associando-o a narrativas ideológicas, o que contribui para a polarização e desinformação do debate.

Essas diferentes abordagens evidenciam o papel central da mídia na construção de sentidos e na formação da opinião pública sobre justiça ambiental e racial. A diversidade de narrativas encontrada durante a análise dos dados, por sua vez, reforça a necessidade de um consumo crítico da informação, sobretudo diante da crescente presença de *fake news* e discursos ideologicamente enviesados.

Além disso, os resultados do estudo destacam a importância de um jornalismo digital comprometido com questões contemporâneas e atento às vozes historicamente marginalizadas. A cobertura sensível e situada do racismo ambiental não apenas amplia a compreensão das injustiças estruturais no Brasil, como também fortalece processos de mobilização social e formulação de políticas públicas mais equitativas.

Nesse sentido, destaca-se a relevância de um jornalismo digital comprometido com as demandas sociais de territórios específicos. O racismo ambiental, embora evidenciado pela pesquisa realizada no contexto brasileiro, também atravessa outros países latino-americanos, exigindo uma cobertura sensível às particularidades socioterritoriais de cada região. Um jornalismo engajado e situado, que dialogue com as experiências locais e valorize vozes subalternizadas, é fundamental para fortalecer processos de conscientização, mobilização social e justiça ambiental.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar como comunidades diretamente impactadas pelo racismo ambiental recebem, interpretam e reagem às narrativas jornalísticas, bem como aprofundar a análise das interseções com marcadores como gênero, classe social, raça e território. Essa abordagem pode

contribuir para a construção de estratégias mais eficazes de resistência civil, políticas públicas e transformação social.

Referências bibliográficas

- Bueno, F. P. (2021). A perspectiva da Educação Ambiental crítica frente ao iminente colapso socioambiental global. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, 29, 18–18.
- Bullard, R. D. (1994). Overcoming racism in environmental decision making. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 36(4), 10–44.
- Bullard, R. D. (2001). Environmental justice in the 21st century: Race still matters. *Phylon (1960-)*, 49(3/4), 151–171.
- Bullard, R. D. (2005). Ética e racismo ambiental. *Revista Eco*, 21(XV).
- Cassol, D. B. (2010). *Brasil de fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Jesuíta.
- Castro, G. (2024a, 15 de janeiro). Racismo ambiental: o que é e de onde surgiu a expressão. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/racismo-ambiental-o-que-e-e-de-onde-surgiu-a-expressao-nprm/>
- Castro, G. de A. (2024b, 19 de janeiro). Importado dos EUA, “racismo ambiental” vira obsessão da esquerda brasileira. *Gazeta do Povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/importado-dos-eua-racismo-ambiental-vira-obsessao-da-esquerda-brasileira/>
- De Carvalho, L. B. (2020). A democracia frustrada: Fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais. *Internet & Sociedade*, 1(1), 172–199.
- Filgueira, A. L. de S. (2021). Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: Considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, 15(2), 186–201. <https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.6990>
- Foladori, G. (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável* (M. Manoel, Trad.). Editora da UNICAMP.
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2022). Polarização e contexto: Medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560–593.
- Henderson, S., & Wells, R. (2021). Environmental racism and the contamination of black lives: A literature review. *Journal of African American Studies*, 25(1), 134–151.
- Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3(1), 1–20.
- Herculano, S., & Pacheco, T. (2006). *Racismo ambiental, o que é isso*. Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE.
- IBGE. (2025). *Panorama do Censo Demográfico 2022*. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Marroquín, A., Ricaurte Quijano, P., & Brito Alvarado, X. (2024). Cotidianidades y usos sociales de las tecnologías de la información y comunicación, una mirada crítica desde América Latina. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, (156), 33–36. <https://doi.org/10.16921/chasqui.vii156.5056>
- Maurício, P., & Almeida, R. (2019). Empreendimentos jornalísticos digitais e o interesse público. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 142, 169–186.
- Menezes, J. P., & Rodembusch, R. (2019). Fake News e Jornalismo digital: Quais os Critérios de Noticiabilidade presentes na Construção de Notícias falsas. In *Anais do XX Congresso*

de Ciências da Comunicação na Região Sul.

- Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46–58.
- Oliveira, R. J. de, & Oliveira, R. M. de S. (2015). Origens da segregação racial no Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, (29).
- Pereira, R., & Brouwers, S. do P. (2011). Sociedade de risco e racismo ambiental na globalização. *Revista de Direito Ambiental*, 16(61), 37–74.
- Recuero, R. (2014). *Redes sociais na internet*. Sulina.
- Silva, L. H. P. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, (17).
- Tavares, C. Q. (2020). Do jornalismo informativo ao de posição: a “guinada à direita” do jornal Gazeta do Povo. *Mídia e Cotidiano*, 14(3), 118–136.
- Watanabe, G., & Rodríguez-Marín, F. (2018). Aspectos da complexidade nas questões socioambientais: as abordagens no Brasil e na Espanha. *Ciência & Educação (Bauru)*, 24(3), 543–562.